

**A construção de um projeto autogestionário de Cooperativas Habitacionais-
reflexões acerca da assessoria do Assistente Social junto a este movimento social**

Márcia Helena Tilton Rachele*

RESUMO

O presente artigo traz algumas reflexões acerca do processo de trabalho do Assistente Social enquanto assessor junto a um projeto autogestionário de Cooperativas Habitacionais. A elaboração do mesmo teve como base a vivência cotidiana, através do acompanhamento sistemático junto a este movimento social em Bento Gonçalves/RS, estudos coletivos, pesquisa bibliográfica, revisão de documentação, desenvolvimento de seminários e reuniões, observação, diálogo permanente com os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: relações sociais, autogestão e participação.

ABSTRACT

This article offers some reflections on the work of the social worker, advising a project of self-managed housing cooperatives. A development of this article was based on everyday experience, through the systematic monitoring of the social movement in the city of Bento Gonçalves, state of Rio Grande do Sul, Brazil. Studies collective, literature, review of documentation, development of workshops, meetings, observation and dialogue, were the methods used.

KEYWORDS: Social relations, self-managed and participation.

* Assistente Social, graduada pela UCS, Mestre em Serviço Social pela PUC, tendo defendido Dissertação de Mestrado com o tema: “Construindo a participação e a solidariedade no movimento Cooperativista Habitacional”; assessora de Cooperativas Habitacionais em Bento Gonçalves, funcionária pública e Professora da FISUL do curso de Serviço Social. Endereço: Linha Leopoldina, Vale dos Vinhedos, s/nº, Bento Gonçalves, Cep: 95700 000 email: mrachele@ibest.com.br

1 INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a questão da assessoria, na disciplina de Introdução ao Serviço Social ministrada com os alunos do Curso de Serviço Social na Faculdade de Integração de Ensino Superior do Cone Sul- FISUL, município de Garibaldi/RS como uma das frentes de trabalho em que o Assistente Social hoje é requisitado, trouxemos um pouco de nossa experiência, enquanto assessora aos movimentos sociais do tipo Cooperativas Habitacionais, no município de Bento Gonçalves, situado na zona fisiográfica da encosta superior do nordeste do Estado do Rio Grande do sul, na micro região de Caxias do Sul, distante 120 Km da Capital do Estado (Porto Alegre). Nossa prática junto a este movimento social se dá desde 1994 quando iniciou o primeiro grupo.

A gestão do movimento cooperativista habitacional na cidade de Bento Gonçalves é conduzida pelos próprios associados, estes exercitam a autonomia política, técnica e financeira do movimento, buscam pleitear uma relação dinâmica e de dever do Estado perante a questão habitacional, direito este que deveria estar garantido na prática.

Essa experiência de Cooperativas Habitacionais é acompanhada por profissionais de diferentes áreas, entre eles, Assistentes Sociais, Arquitetos, Engenheiros, Contadores e Advogado, que prestam assessoria técnica. Contam também com coordenador, atualmente Vereador, que foi o mentor deste movimento. Aproximadamente 700 famílias integram o movimento, totalizando hoje 30 Cooperativas Habitacionais. Destas, em torno de 170 famílias já residem em suas casas e as demais encontram-se nas mais diversas etapas: processo de construção das edificações, arrecadando fundos para aquisição das áreas de terras, em estudo dos projetos arquitetônicos, entre outros. Vários fatores vêm contribuindo para a credibilidade do movimento, incentivando a continuidade dos participantes e o ingresso de novos membros: aspectos da organização (formação de uma diretoria, comissões de trabalho, fórum municipal- reuniões entre todas as diretorias, a fim de traçar a direção política do movimento), a busca de uma legalização (através da construção de Estatuto e Regimento Interno), inserção da equipe de profissionais das diferentes áreas, parceria com Poder Público Municipal (atuando como órgão fiscalizador e também através de repasse de auxílios financeiros) e a Caixa Econômica Federal, que possibilita o financiamento do material de construção das edificações. A qualidade das edificações aliada à concretização dos objetivos e o reconhecimento deste movimento como

melhores Práticas, pela Caixa Econômica Federal no ano de 2005/2006 também contribuiu positivamente neste processo.

O assessor junto às cooperativas habitacionais acompanha processos de trabalho, auxiliando na organização de grupos, apontando possibilidades, limites, alternativas de ação em busca dos objetivos propostos, no caso, a busca pela casa própria. Compartilhamos assim, com Suzin e Almeida (1998) quando afirmam que ‘assessoria é todo o trabalho que um profissional realiza em forma de acompanhamento ou monitoramento de outra pessoa ou grupo que executa determinadas atividades em uma ou várias organizações’.

Desde o princípio da criação de uma cooperativa, os sócios, juntamente com a assessoria técnico-social sistemática, buscam a participação efetiva dos cooperados. Lembramos que “Participação pressupõe... vontade, envolvimento, responsabilidade, liberdade, autonomia, decisão, integração, reconhecimento, saber lidar com pessoas diferentes com idéias diferentes, humildade, sensibilidade, conhecimento, diálogo”.(Azevedo e Souza, 1996, p. 99). A participação que se espera não é só com a cota-parte mensal, com a presença dos sócios nas assembleias e seminários como também no envolvimento, nas decisões, na busca pelo consenso, na construção do conhecimento coletivo e da ação comunicativa para solucionar as dificuldades surgidas no decorrer do processo. Ou seja, o caráter quantitativo e qualitativo da participação devem estar intrinsecamente articulados.

O Assistente Social junto às cooperativas habitacionais, desenvolve uma ação de cunho sócio-educativo, contribuindo para a viabilizar o acesso ao direito habitacional e aos meios de exercê-lo, contribuindo também, para que haja visibilidade na cena pública e possa, de fato, ser reconhecido como direito.

A exposição, a seguir, contempla: assessoria enquanto instrumento de trabalho do Assistente Social em uma experiência de cooperativismo habitacional: cooperação e gestão democrática, família como entidade educativa, participação no processo cooperativista.

2 ASSESSORIA ENQUANTO INSTRUMENTO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA EXPERIÊNCIA DE COOPERATIVISMO HABITACIONAL

Os Assistentes Sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo a população sobre seus direitos e os meios de ter acesso aos mesmos. Historicamente os Assistentes Sociais estiveram na linha de frente entre população e instituição, dedicando-se à implementação de políticas públicas. Este perfil mesmo que ainda predomine não é mais exclusivo, pois novas possibilidades vem se estabelecendo, ou seja novas funções e competências vem sendo requisitadas aos Assistentes Sociais, tais como: formulação e avaliação de políticas e do planejamento e gestão; implantação e orientação de conselhos de políticas públicas; capacitação de conselheiros; elaboração de planos de assistência social, acompanhamento e avaliação de programas e projetos. Requisita também um profissional que domine o instrumental técnico operativo, que seja capaz de potencializar as ações nos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, como forma de estimular a participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos mesmos. É importante ressaltar que para impulsionar a construção de outro padrão de sociabilidade, regido por valores democráticos, requer a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada.(IAMAMOTO, 2004).

Se nos reportarmos à dinâmica das Cooperativas Habitacionais, nos vem em mente a Política Habitacional que, como outras políticas públicas, podem e devem constituir-se numa mediação para a construção da cidadania, para o exercício de práticas democráticas, enfim para o fortalecimento da sociedade civil e ampliação do Estado, no sentido de cada vez mais atender aos interesses da população. É sob esta premissa, que viemos desenvolvendo nossa intervenção junto ao movimento cooperativista habitacional, pois parte da população que se encontra desprovida da necessidade de moradia, procura organizar-se em entidades não-governamentais a fim de suprir tal necessidade, e, esta tem sido uma característica peculiar em Bento Gonçalves.

É a presença de forças sociais e políticas reais, como qualifica Iamamoto:

“que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. Sendo a profissão atravessada por relações de poder, ela dispõe de um caráter essencialmente político, o que não decorre apenas por intenções pessoais do Assistente Social, mas dos condicionantes histórico-sociais dos contextos em que se insere e atua”. (IAMAMOTO, 2004: p:11)

Entendemos que as organizações sociais do tipo Cooperativas Habitacionais, contêm questões **econômicas**, à medida que suas lutas e reivindicações trazem à tona a questão do poder de compra de áreas de terra, da especulação imobiliária, da discussão de orçamentos e contratação da mão-de-obra especializada, do poder aquisitivo destes sujeitos sem moradia, a organização orçamentária familiar; questões **políticas**, pois qualquer movimento envolve planejamento coletivo, intencionalidade, objetivos, ação e envolve ainda relações, decisões coletivas, avaliação do processo; contém também questões **ideológicas**, pois entram em cena diferentes valores, concepções, modo de vida, leituras diferenciadas da realidade; e contém questões **sociais**, que dizem respeito à relação das singularidades dos indivíduos na vivência grupal.

Logo, é de fundamental importância visualizar as Cooperativas Habitacionais na sua totalidade, pois é através das questões trazidas pelo cotidiano que o Assistente Social contribui para a qualidade de vida destes sujeitos, na medida em que fornece subsídios para a capacitação teórico-técnico-política, tendo em vista a autogestão da cooperativa e o processo democrático. Várias são as mediações/ instrumentos utilizados pelo Assistente Social para o auxílio na conquista deste processo: planejamento participativo, estudos coletivos, reuniões, diálogo com as consciências coletivas dos sujeitos, trocas de experiências, fortalecimento dos canais de comunicação, divisão de tarefas, intercâmbio entre o movimento cooperativo e outras organizações, visualização de questões amplas a fim de enriquecer o espaço de mobilização/ organização e a relação com o poder público, documentação, formação de lideranças, execução e avaliação de ações, participação e organização de encontros/seminários, sistematização de materiais teórico-práticos com o objetivo de subsidiar as ações e as pesquisas, o estímulo à vivência de novas relações sociais – baseadas na solidariedade e democracia como forma de apropriação dos princípios cooperativistas.

O Assistente Social como assessor necessita contemplar um conjunto de capacidades e habilidades. Capacidade de: dialogar com equipes interdisciplinares, planejar ações que produzam efetivas mudanças no âmbito das políticas sociais,

argumentar, identificar as interrelações de dada realidade e desvendar suas contradições, domínio teórico-operativo-político, uso de conhecimentos acumulados, entre outros. Habilidades de: inovação, negociação, articulação com os segmentos de outras categorias profissionais - que compartilham de propostas similares, introduzir mudanças, contribuir para a leitura de realidade, o que facilita traçar o planejamento, entre outras.

Assim,

é na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania... Orientar os trabalhos nos rumos aludidos, requisita um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, recriar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais. Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Estes elementos aliados à pesquisa da realidade possibilitam decifrar as situações particulares com que se defronta o assistente social no seu trabalho, de modo a conectá-los aos processos sociais macroscópicos que as gestam e as modificam. (IAMAMOTO, 2004: p.33).

2.1 COOPERAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ao analisarmos os grupos familiares das cooperativas habitacionais em questão, percebe-se que a busca pela casa é um meio de construir-se a si mesmo, ou seja, a medida que se constrói alternativas processuais e conjuntas para a aquisição da moradia, os participantes vão se modificando na maneira de ser, pensar e agir.

A cooperativa passa a ser uma entidade de apoio à família, pois propicia a troca de experiências entre famílias, aprendizagens coletivas, auto-ajuda. Isto é possível, porque quando nos referimos à moradia, não estamos considerando somente as quatro paredes que constituem uma casa, um teto, mas ao direito de morar de todo cidadão. Direito este que significa a satisfação das necessidades sociais e econômicas mínimas de sobrevivência.

Num grupo de trabalho, portanto é fundamental considerar alguns pontos para que haja cooperação e gestão democrática. Todos participantes devem estar num patamar de igualdade de direitos e deveres, não considerando ninguém mais ou menos importante. Conhecer cada companheiro e travar relações com todos os sujeitos envolvidos no processo contribui para a busca coletiva de soluções de modo a aperfeiçoar o trabalho de grupo. Acrescentamos ainda que o mais importante no grupo é

o resultado construído conjuntamente através da valorização da contribuição de todos os sujeitos. O espírito cooperativista, a educação cooperativista devem ser frequentemente vivenciados pelos sócios em seu cotidiano.

São fundamentais na Cooperativa três fatores que constituem o tripé do Cooperativismo, isto é, a conscientização, a participação e a organização. O sócio deverá ter consciência do que deseja, para que deseja e como fazer. Deve participar em todo o processo de construção de sua Cooperativa. Concomitante aos fatores já citados, é imprescindível a organização da Cooperativa, para isso é necessário uma estruturação administrativa, financeira e econômico-social. Primeiramente a Diretoria deverá fazer um levantamento cadastral das condições sociais, econômicas e culturais dos associados. Com a obtenção deste diagnóstico do seu quadro associativo a Diretoria poderá e deverá fazer o planejamento participativo viabilizando a concretização de seus objetivos.

Dentro desta perspectiva, faz-se necessário também a discussão da questão da autonomia, da autogestão, de valores filosóficos, tais como: solidariedade, cooperação, auto-estima, ética, humanismo, etc. A Cooperativa, deste modo, deverá desenvolver uma visão participativa juntamente com seu quadro associativo, buscando criar sujeitos coletivos, conscientes, participativos e críticos.

A autogestão é um dos princípios cooperativistas que permite a participação direta dos sócios em todas as etapas do processo. Cada um deve assumir a responsabilidade solidária com o grupo, desde a escolha do local para a realização da construção das casas; na realização participativa dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, na administração dos recursos e na execução da obra; assim como, na organização do convívio posterior. Faz-se necessário, portanto, a ausência de discriminação de qualquer natureza: seja política, religiosa, sexual e social.

Outro princípio considerado é que as cooperativas devem crescer dentro de uma visão ecologicamente sustentável, ou seja, sem ferir o meio ambiente, atendo-se ao bem-estar dos sócios. Torna-se necessário a constituição de um fundo de educação para a formação dos sócios, familiares e público em geral. Os resíduos, ou seja, as sobras eventuais pertencem aos sócios e podem ser aplicados para o desenvolvimento da cooperativa através de serviços comuns ou distribuídos aos sócios.

Convém ressaltar que as normas ou princípios do cooperativismo não expressam uma situação alcançada, mas sim, uma meta, que vai sendo conquistada dia a dia, com as contradições, avanços e recuos próprios de qualquer processo social.

“O acontecer cooperativo nunca é um fato acabado e definitivo. É um processo, que na dinâmica de seu ‘vir-a-ser’, sofre as imperfeições e incoerências transitórias de todo processo que procura transformar a realidade, incoerências devidas tanto a fatores internos como externos à organização ou ao movimento”.(SCHNEIDER, 1991, p.41).

Por isso não é suficiente apenas questionar aos membros de uma Cooperativa quais são os seus interesses, pois eles não poderiam identificar de antemão. Além disso, a problemática expressa de uma maneira individual não estabelece uma ação conjugada. Referente a isso, Marques nos diz que é “só na troca de idéias, no debate, conjugados a uma efetiva prática de cooperação, poderão os associados definir seus interesses, objetivos” (MARQUES, 1980, p.44).

2.2 A FAMÍLIA COMO ENTIDADE EDUCATIVA

Parte-se da idéia de que não existe, histórica e antropológicamente, um modelo padrão de organização familiar, não existe a família regular. Pensar as famílias de forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças com o outro.

A pluralidade está presente num âmbito geral de nossa sociedade, e, considerando à nível das Cooperativas Habitacionais de Bento Gonçalves, que compõem uma pequena parcela da população, vê-se que a pluralidade das famílias que formam essas cooperativas é algo bastante visível nos aspectos da composição familiar, na vivência cotidiana, nas diferentes concepções de homem e de mundo- repercutindo no próprio trabalho e na sua participação na cooperativa; bem como, na matriz sócio-econômica e na definição das moradias.

A família é o cerne do movimento cooperativista, pois em qualquer momento de tomada de decisões é a família que é levada em conta, pois a futura casa abrigará a família. Inclusive o projeto arquitetônico já contém as previsões de cada família, ou seja, quem vai morar, a previsão de filhos. Em outras palavras, o espaço da casa, a compra da área de terras são sempre discutidos diante da realidade familiar de cada sócio.

O movimento cooperativista tem contribuído para a construção e fortalecimento da família solidária (designação esta, pertinente aos princípios cooperativistas). Acredita-se que sem a família solidária não há emancipação plena dos sujeitos e não há um movimento cooperativista pleno. Isto porque não podemos falar em emancipação individual, mas sim coletiva, pois o sujeito que participa regularmente está vinculado a uma família.

Diante disso, acredita-se que a existência da família solidária é fundamental no movimento. Entende-se por família solidária não simplesmente a junção de famílias, mas a construção coletiva de um projeto de vida que atenda às necessidades de várias famílias, ou seja, a articulação de vontades individuais visando a construção coletiva de um projeto que atenda às necessidades objetivas e subjetivas de todos os sujeitos envolvidos. A questão objetiva seria a construção da casa e a subjetiva envolve a questão da participação, solidariedade e conscientização.

O tema família é bastante discutido no processo cooperativista, inclusive a própria cooperativa muitas vezes é denominada pelos associados como sendo uma grande família, justamente por terem criado laços de amizade e dependência entre os mesmos: “Se eu me dedico na cooperativa, se mantenho as mensalidades em dia, não estou beneficiando somente a mim, mas ao grande grupo” (Ata 02/96, Cooperativa Habitacional Serrana). Este discurso é costumeiramente utilizado pelos membros coordenadores aos sócios em geral, com o intuito de explicar a importância de manter regularizada a situação financeira junto à cooperativa.

É importante ressaltar que as cooperativas sobrevivem financeiramente através de uma poupança coletiva realizada pelos sócios e, mesmo assim, eventualmente ocorre a desistência de alguns, por não conseguirem manter-se financeiramente na cooperativa. Assim, o cooperativismo habitacional constitui-se numa alternativa, porém, também é seletivo, uma vez que exige um determinado padrão sócio-econômico. Além de problemas econômicos, ocorrem dificuldades de ordem política e ideológica. Política, pela resistência que têm, de empreender contra o autoritarismo e a perversidade do sistema. Ideológica, uma vez que as diferenças étnico-culturais que embasam as diversas formas de organização familiar muitas vezes não são respeitadas. Estes, constituem-se em desafios constantes a serem trabalhados pelos assessores.

Neste processo cooperativista os membros coordenadores e assessores procuram incentivar a auto-ajuda entre os membros da própria família e entre famílias, a fim de facilitar a integração e o exercício de solidariedade, na convivência com as diferenças

existentes entre os mesmos. Busca-se estabelecer no cotidiano das cooperativas um sentimento de “pertencer”, de “ser membro”, em que implicam deveres recíprocos, perfeitamente definidos pelos grupos.

Tanto a família como a cooperativa constitui-se numa entidade educativa, em que o espírito cooperativo, o associativismo é um espaço possível para instrumentalização da participação, podendo gerar oportunidades para a aprendizagem de práticas democráticas. A obtenção de uma consciência crítica, a busca do consenso é um processo construído a medida que é vivenciado cotidianamente na tomada de decisões.

A filosofia cooperativista possibilita, desta forma, o fortalecimento de práticas coletivas intrafamiliares e, portanto, através da organização destas famílias a transformação destes membros em cidadãos. A cooperativa habitacional não tem um fim nela mesma e sim, constitui-se num vigoroso fator de elevação social das comunidades, fazendo com que produzam seus próprios mecanismos de sobrevivência e autogestão, reivindicando e conquistando da iniciativa privada e do Estado os serviços fundamentais à melhoria da sua qualidade de vida.

2.3 A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO COOPERATIVISTA

À medida que se participa de uma vivência igualitária, conquista-se um espaço possível para emancipação coletiva do grupo. Evidencia-se, dessa forma, que participação é um dos princípios que rege os movimentos comunitários e o que se almeja é o envolvimento efetivo dos sócios e familiares.

A participação tem acompanhado as formas históricas que a vida social foi tomando. Constitui-se uma necessidade do ser humano e uma estratégia para solução de problemas. “É através da participação que o homem tem a oportunidade de auto-expressão, de desenvolver seu pensamento reflexivo, de sentir o prazer de criar e recriar, de desenvolver suas potencialidades”. (Azevedo e Souza, 1996, p. 99). A participação nesse sentido, refere-se a possibilidade e a capacidade de interagir, influenciando nos problemas, nos modos de decidir e construir soluções em coletividade.

Nessa perspectiva, a participação não pode ser entendida como concessão, nem como algo preexistente. Não pode ser entendida como dádiva, porque não seria resultado de uma conquista.

“Participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo infindável, em constante vir a ser, sempre se fazendo. Assim, a participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente e acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir” (DEMO, 1996, p.18).

Como a participação não pode ser cedida e não cai do céu, é de fundamental importância que se estabeleça um processo pedagógico e educativo. Caso contrário, os sujeitos agirão no cotidiano de sua realidade de acordo com o imediato, e tais ações encerram-se em si mesmas. Souza define o processo educativo da participação como sendo: “O processo social que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade concreta.”(SOUZA, 1991, p.84). Tal processo, desenvolve-se a partir do confronto de interesses inerentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social. Este processo educativo requer além da capacidade técnica e científica, compromisso de todos envolvidos no processo.

No cooperativismo o ponto fundamental se refere a necessidade de permitir aos associados a oportunidade de exercer uma influência real sobre as atividades de sua cooperativa, no qual seus interesses estão diretamente em jogo. Igualmente é importante conscientizá-los sobre a importância dessa influência.

Assim, o ponto principal de um programa de participação democrática deve enfatizar a responsabilidade dos sócios, quanto a sua participação em todos os momentos: nas decisões fundamentais, no controle e limite de ação dos dirigentes, no planejamento participativo de suas atividades, na administração da cooperativa como um todo, no controle e avaliação do processo em si, na efetivação de pesquisas para auxiliar em suas atividades e funções, na escolha dos dirigentes, nos aspectos contábeis discutindo os resultados em função dos projetos futuros.

Sabe-se que a questão habitacional constitui-se num grande desafio, principalmente no espaço urbano, na medida em que não pode ser visualizado somente no que se refere ao teto e a infra-estrutura urbana, mas no lugar de produção e reprodução das relações sociais. O espaço urbano deve ser compreendido como um complexo conjunto de fragmentações e articulações, uma vez que se constitui de divisões espaciais (centro, condomínio, favelas...) e de convergência de pessoas, de

consumo, de manifestações sociais. Este espaço é, então, construtor de experiências particulares e coletivas e de acesso àquilo que a cidade oferece. Pode ser segregador, reproduzidor de relações individuais e dispersivo. É, também o lugar de criação e recriação do acesso à cidade e de construção de novas relações sociais, pois o cotidiano apresenta a perspectiva de sociabilidade, de reprodução e recriação do ser social.

Desta forma, analisa-se que o desafio enfrentado pelas famílias que participam da cooperativa não é só o de conquistar sua casa própria, mas avançar na questão cidadania e das relações democráticas em todas as instâncias da vida coletiva. “Cidadania é a qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direitos e deveres majoritariamente reconhecidos”(DEMO, 1988, p.70). Garantir a cidadania e dar ênfase a ela como construção cotidiana é intencionalmente utilizá-la como mediação capaz de reformular a ordem estrutural diante dos interesses da sociedade civil.

Contudo, dar ênfase à cidadania como construção cotidiana é fundamental, pois a cidadania compreende a noção de participação, a noção de sujeito e não de objeto; a noção de direitos e deveres; a noção de formação. Em síntese, ser cidadão é ter o direito a ter condições dignas de vida e a decidir sobre sua vida singular e coletiva.

No movimento cooperativista, a participação e a solidariedade vem se dando não somente na elaboração de decisões e no controle sobre sua execução, mas faz parte da cultura destas famílias. Desta forma, o cooperativismo constitui-se numa mediação para o exercício da cidadania, para uma nova consciência – que deve ser crítica e não-alienada.

É na organização social que os sujeitos constroem novas possibilidades de fazer e ser, de que o homem não é um ser isolado e não se faz sozinho. A sua ação, quando compreendida nesta perspectiva classifica o sujeito singular e coletivo, em que o singular constrói o coletivo e o coletivo constrói o singular. Só é possível compreender este processo pela via da prática social.

Conhecer o modo de vida dos sujeitos pressupõe o conhecimento de sua experiência social, que é o viver histórico do sujeito, que pode ser compreendida como espaço de construção da vivência, de seus problemas, suas respostas, suas emoções, seus sentimentos, suas crenças e seus valores.

3.CONCLUSÃO

Apoiados na vivência, no assessoramento à prática cooperativista, cotidianamente o Assistente Social vem caracterizando demandas sociais, propondo alternativas criativas, articulando, assim, as questões objetivas e subjetivas que envolvem esta realidade. Visualizamos, desta forma, que os sujeitos que integram as Cooperativas Habitacionais passam a adquirir “ganhos” não só objetivos – casa própria – como também, subjetivos, ou seja, profundas alterações no seu modo de vida, pois passam a ser mais críticos, participativos e com determinada habilidade política, ou seja, exercem o poder da argumentação, constróem conhecimentos através da ação-reflexão-ação. Embora este processo seja lento, é uma conquista diária.

Podemos dizer então, que em qualquer projeto coletivo, há uma dimensão política, que necessariamente, envolve relações de poder. A experiência histórica nos mostra que os projetos societários vinculados aos interesses da classe trabalhadora e subalterna sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e dominantes. Os projetos profissionais também têm dimensões políticas, quer seja, nas suas relações com os projetos societários, quer seja nas perspectivas particulares da profissão. A dimensão política do projeto profissional do Assistente Social é clara, ou seja, se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços relativos as políticas e programas; a ampliação e consolidação da cidadania são claramente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Assim, o projeto é claramente democrático- considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO,1999).

Então, o Assistente Social é um dos profissionais habilitados a contribuir junto aos movimentos sociais do tipo cooperativas habitacionais, pois seu projeto profissional, “vinculou-se a um projeto societário que, antagônico ao das classes proprietárias e exploradoras, tem raízes efetivas na vida social” (NETTO,1999: p.18).

O processo de assessoria vivenciado junto às cooperativas habitacionais nos leva a crer que é possível estabelecer a relação dialética da teoria/ prática- fundadas numa relação essencialmente política-educativa. Tal relação se dá através da construção e fortalecimento de projetos coletivos, da participação, da ascensão da consciência. Eis então, que a práxis profissional é possível!

A intervenção do Assistente Social deve se dar a partir do diálogo com as consciências coletivas dos sujeitos, enquanto possibilidade de construção permanente do ser social. Deve se dar como meio de consolidar a organização das classes populares

com o processo político de diálogo entre sociedade civil e órgão estatal. Deve contribuir no fortalecimento de ações coletivas e singulares nos movimentos populares como exercício participativo. Cabe também à profissão facilitar a capacitação técnica e política dos sujeitos participantes do processo.

O Serviço Social concretiza seus objetivos quando leva em conta as questões trazidas pelo próprio cotidiano, utilizando mediações que contribuam no processo democrático (reuniões, planos de ação, diálogos singularizados, sistematização de materiais teórico-práticos com o objetivo de subsidiar as ações, diagnósticos e pesquisas coletivas, parcerias com outros sujeitos, entre outros); tendo em vista as questões culturais e a diversidade de pensamentos, de maneira que as decisões possam conduzir o movimento para a autogestão; fortalecendo e ampliando os canais de comunicação através da divisão de tarefas, troca de experiências, discussões, boletins informativos, construção de redes de cooperativas para intercâmbio de idéias e experiências e para seu fortalecimento institucional mútuo.

Faz-se necessário provocar a participação via levantamento de necessidades e respostas conjuntas, a fim de subsidiar o planejamento das ações. Os profissionais devem trabalhar com questões amplas, para que as análises da realidade possam enriquecer as organizações sociais e a sua relação com o poder público. Cabe ao Serviço social contribuir para a visualização das questões sociais através de encontros, seminários, diálogo com as diversas instituições. Inclusive, sempre que possível, deve socializar os trabalhos realizados através da troca de experiências, participação nos encontros, realização de documentação, contribuindo para que os sujeitos possam se apropriar de processos, elaborar projetos, documentação, planejamento, coordenação, execução e avaliação de ações.

Enfatiza-se que as respostas gestadas pelo Serviço Social, assessores de movimentos sociais, deva contribuir na elaboração de projetos que incidam no modo e nas condições de vida dos sujeitos envolvidos, com enfoque na participação e instrumentalização dos sujeitos, exercitando a responsabilidade e a socialização de saberes. Entende-se o saber como processo coletivo, construído a partir de um pensar coletivo e um fazer público para que realmente aconteça no espaço estatal. Os resultados e propostas não são dados e conhecidos a olho nu, mas são construídos no processo. À medida que novos valores são constituídos nos grupos, contribui-se para a qualidade de vida dos sujeitos.

Encerro, usando uma citação de NETTO, que nos diz que:

“... na medida em que no Brasil tornam-se visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário inspirado no neoliberalismo-privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração da riqueza, etc. nesta mesma medida fica claro que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro. E tem futuro porque aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa a massa da população.” (NETTO, 1999: p.19)

Enquanto profissional assessora deste grandioso movimento social em Bento Gonçalves, que teve replicabilidade em diversos municípios de nossa região, sinto-me privilegiada em estar contribuindo com este processo. Um agradecimento especial às famílias que fazem parte deste movimento, por me possibilitarem ao longo dos anos este rico aprendizado.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO e SOUZA, Valdemira B de. **Participação e Interdisciplinaridade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

CORNELY, Seno A. II Conferência Mundial e I Encontro Nacional preparatório ao ano Internacional da família. **Os direitos econômicos das famílias da região latino-americano** (populações marginalizadas pelo fator pobreza). Curitiba, 1992.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1996.

GANDIN, Danilo. **A prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis. R.J: Vozes, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. XVIII Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social. São José , Costa Rica, 12 de julho de 2004, originalmente publicado nos Anais do referido Seminário: Molina, M. L. M.(Org).

Legislação Cooperativista.

MARQUES, Mário Osório. **Comunicação e educação cooperativista no Brasil:** In: Perspectiva Econômica, Série Cooperativismo, ano XV, vol.10, nº 27, São Leopoldo: UNISSINOS, 1980.

Livro de Registro de Atas da Cooperativa Habitacional Serrana Ltda.

MOSCOVICI, Fela. **Equipes dão certo: A multiplicação do talento humano.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MINAYO, Maria C. de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Módulo I de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília, CFESS/ABEPSS/CAD:UnB. 1999.

SCHENEIDER, José Odelso. **A doutrina cooperativista nos tempos atuais.** In: Cadernos CEDOPOE – Cooperativismo e desenvolvimento rural e urbano. UNISSINOS. Nº 12. 1994.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** 3ª ed. Cortez, 1991.

SUZIN, Arlete e ALMEIDA, Sônia. **Assessoria um novo instrumental no processo de trabalho de Serviço Social.** Porto Alegre: PUC, 1998.

TITTON, Márcia Helena. **Construindo a Participação e a Solidariedade no Movimento Cooperativista Habitacional.** Porto Alegre: PUC, 1998.